

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.224.070 - SP  
(2017/0330329-9)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : DENISE PLATZECK ESTRELLA ALVES**  
**AGRAVANTE : FERNANDO PLATZECK ESTRELLA**  
**AGRAVANTE : JEFERSON PLATZECK ESTRELLA**  
**AGRAVANTE : RUTH PLATZECK ESTRELLA**  
**ADVOGADOS : MAURÍCIO HERNANDES - SP122789**  
**AMAURI CESAR DA SILVA DIAS - SP189451**  
**AGRAVADO : CESP COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : FERNANDO BOTELHO PENTEADO DE CASTRO E**  
**OUTRO(S) - SP138343**  
**PAULA SUSANNA AMARAL MELLO - SP287655**  
**CAIO LUIZ ALTAVISTA ROMÃO - SP376335**

## EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO À TOTALIDADE DOS FUNDAMENTOS ADOTADOS NA DECISÃO AGRAVADA. ARGUMENTAÇÃO GENÉRICA E DISSOCIADA. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.

1. A teor da Súmula 182/STJ, inviável se faz a apreciação do agravo interno que deixa de empreender combate específico a todos os fundamentos da decisão agravada.
2. A utilização de argumentos dissociados dos fundamentos adotados na decisão agravada ou, ainda, cuja generalidade não é capaz de impugná-la de forma específica atrai a incidência da Súmula 182/STJ. Precedentes.
3. Segundo entendimento consolidado na Primeira Turma desta Corte, admite-se o agravo interno parcial somente quando a parte recorrente informa que sua irrisignação vai direcionada apenas contra específica parcela da decisão agravada, abrindo mão, expressamente, de impugnar o restante do julgado. Precedentes: **AgInt no REsp 1.695.426/RS**, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/9/2018, DJe 21/9/2018; e **AgInt no AREsp 1.163.354/RJ**, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 4/9/2018, REPDJe 4/10/2018, DJe 25/9/2018.
4. Agravo interno não conhecido.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do agravo interno de Denise Platzeck Estrella Alves e outros, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa, Gurgel de Faria (Presidente), Napoleão Nunes Maia Filho e Benedito

# *Superior Tribunal de Justiça*

Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

